

---

**RESENHA DE: ROWLANDS, MARK. *EXTERNALISM: PUTTING MIND AND WORLD BACK TOGETHER AGAIN*. MONTREAL: MCGILL QUEEN'S UNIVERSITY PRESS, 2003.**

Filipe Lazzeri<sup>1</sup>

**Palavras-chave**

Externismo; Categorias psicológicas; Autoconhecimento

---

Filipe Lazzeri é doutorando em Filosofia pela USP. Sua pesquisa atual tem foco em Filosofia da Mente e Filosofia da Psicologia.

---

<sup>1</sup> Agradecemos a Herivelto P. Souza, pelo diálogo bastante útil em torno deste livro. Também à CAPES e à FAPESP, pelo auxílio financeiro com que este trabalho parcialmente contou (respectivamente, bolsa de mestrado na UnB e bolsa de doutorado na USP).

O externismo ou anti-individualismo em filosofia da mente é largamente tido como uma perspectiva a respeito de conteúdos (*contents*) das assim chamadas atitudes proposicionais<sup>2</sup>, ou seja, a respeito da caracterização daquilo que é expresso pelos complementos de predicados tais como ‘...supor que...’, ‘...desejar que...’, ‘...tencionar...’ e ‘...esperar que...’. Segundo o externismo, os conteúdos das atitudes proposicionais são individuados necessariamente em dependência de fatores do ambiente maior ou distal, externo ao corpo em que, supostamente, se encontrariam tais atributos psicológicos. O internismo ou individualismo, por oposição, é considerado a tese de que os conteúdos desses atributos sobrevivem inteiramente a propriedades do corpo, com independência de fatores do ambiente maior.

Na obra em questão, Rowlands (2003) propõe uma caracterização mais abrangente do externismo. Em sua caracterização, o externismo encontrado na área, oriundo dos argumentos da ‘Terra Gêmea’ e da ‘artrite’ (formulados por Putnam e Burge, respectivamente), é apenas uma forma específica de externismo; além disso, não propriamente uma forma de oposição ao internismo em geral. Segundo Rowlands (2003, cap. 1 e 2), internismo e externismo, em suas formas ontológicas (na classificação do autor, há também formas epistemológicas e axiológicas; nesta resenha, centramos-nos apenas nas formas ontológicas e epistemológicas), são perspectivas não só sobre a *individuação* de conteúdos de atitudes proposicionais, mas também sobre a *localização* destes atributos; mais do que isso, sobre a individuação e a localização de atributos psicológicos em geral.

O internismo (em sentido ontológico) é como a visão segundo a qual (i) todo atributo psicológico é localizado inteiramente dentro do corpo (*tese da localização*); e (ii) cuja a posse por alguém independe de fatores ambientais externos ao corpo (*tese da posse*). Desse modo, o internismo corresponde a uma concepção do mental como algo interno e autocontido. Por outro lado, o externismo (ontológico) é, em sua forma mais geral, conforme Rowlands, a rejeição tanto de (i) quanto de (ii). Consoante tal caracterização, o externismo tradicional é, por si só, a negação apenas de (ii), portanto sendo uma forma parcial de externismo, compatível com o elemento internista (i). De fato, aqueles que sugerem tal externismo costumam endossar tal elemento.

---

<sup>2</sup> Apesar de considerarmos problemático o emprego de tal terminologia como referência aos atributos psicológicos em questão, adotamo-la, aqui, por ser ainda usual na área.

Ademais, Rowlands qualifica o internismo – isto é, a conjunção das teses (i) e (ii) – como uma visão *cartesiana* dos atributos psicológicos, no sentido de (i) e (ii) encontrarem-se em seu fundamental defendidas na obra de Descartes e na tradição à qual esta dá origem. Ora, uma versão da tese (i) é sustentada por Descartes ao propor que os fenômenos mentais são modalidades de uma substância interna, a qual ele concebeu como uma *res cogitans*, suposto princípio dos comportamentos voluntários. Além disso, sustentou uma versão de (ii), em termos de os fatores do ambiente poderem ser alterados totalmente, sem que atributos da pretensa suposta *res cogitans* o sejam, como, por exemplo, o argumento do gênio maligno sugere.

Uma boa parte das abordagens contemporâneas sobre os fenômenos mentais desacredita o aspecto imaterialista do cartesianismo, mas várias delas ainda retêm as teses (i) e (ii). Rowlands denomina estas – ou seja, aos materialismos que retêm (i) e (ii) – de *cartesianismos materialistas*, salientando que apenas prescindir do elemento imaterialista do dualismo de Descartes está longe de fazer alguém prevenir-se de aspectos centrais de sua visão do mental.

Segundo Rowlands (2003, cap. 6 e 7), os argumentos tradicionais para o externismo, avançados por Putnam (1975) e Burge (1979), são suficientes apenas para rejeitar (ii), a tese da posse (na terminologia do autor), sem implicar rejeição de (i), a tese da localização.

A linha de raciocínio de Putnam expressa, de modo resumido, o seguinte. As condições de verdade para a frase 'A água é úmida' diferem da Terra em relação à Terra Gêmea, sendo esta um planeta imaginário fisicamente idêntico à Terra, exceto no que diz respeito à estrutura química da água. Se as condições de verdade da frase 'A água é úmida' diferem da Terra relativamente à Terra Gêmea, então, se o significado de frases declarativas depende de suas condições de verdade, então o significado de 'A água é úmida' é diferente na Terra em relação à Terra Gêmea. Ora, o significado de frases declarativas depende de suas condições de verdade. Logo, o significado de 'A água é úmida' é diferente na Terra em relação à Terra Gêmea. Assim sendo, o significado de frases declarativas depende, pelo menos em parte, do ambiente físico. Portanto, o significado de frases declarativas depende, pelo menos em parte, do ambiente físico.

Neste caso, se as atitudes proposicionais individualizam-se pelo seu significado ou conteúdo, então elas individualizam-se em dependência, pelo menos em parte, do ambiente

físico. Ora, as atitudes proposicionais individualizam-se pelo seu conteúdo. Logo, o significado de frases declarativas e as atitudes proposicionais dependem, pelo menos parcialmente, do ambiente físico. A conclusão final do argumento, assim representado, assevera, nas palavras de Rowlands (2003, p. 103; tradução nossa), que: “Se você fixar tudo que está acontecendo na cabeça e variar o ambiente, então significados, pensamentos, crenças, desejos e outras atitudes proposicionais vão variar com as mudanças no ambiente, apesar de nada ter mudado dentro da cabeça”.

O argumento de Burge (1979) chega à mesma conclusão, mas de outra maneira. No caso do argumento da Terra Gêmea, a conclusão é inferida com base na consideração de modificações no ambiente físico e, assim, nas condições de verdade de enunciados. Já no argumento de Burge, a conclusão é inferida através da consideração da maneira como os objetos e propriedades empíricos em geral são conceitualizados, ou seja, com foco em mudanças no emprego dos conceitos por uma comunidade.

Resumidamente, o argumento de Burge é o seguinte. Alguém, digamos Larry, ao ter a crença de que está acometido por artrite em sua coxa, tem uma crença falsa, uma vez que o conceito de artrite não se aplica a coxas, mas apenas a juntas. Imagine-se então um cenário logicamente possível e contrafactual em que o conceito de artrite tem como extensão não só artrites, mas também reumatismos; e suponha que a contraparte logicamente possível de Larry seja idêntica fisicamente (inclusive suas disposições comportamentais e sua história interativa). Em tal cenário, aquele uso equivocado de Larry do conceito de artrite é abarcado. Assim sendo, *artrite* tem um diferente significado neste cenário. Ora, se *artrite* tem um diferente significado em tal cenário, então o significado de frases declarativas depende, pelo menos parcialmente, do ambiente linguístico. Portanto, o significado delas depende, pelo menos em parte, do ambiente linguístico. Se assim é, então, se as atitudes proposicionais individualizam-se pelo seu significado ou conteúdo, então elas individualizam-se em dependência, pelo menos em parte, do ambiente linguístico. Ora, as atitudes proposicionais individualizam-se pelo significado (conteúdo) que seus enunciados expressam. Portanto, o significado das frases declarativas e as atitudes proposicionais dependem, pelo menos em parte, do ambiente linguístico.

Rowlands (2003, cap. 7 e 8) mostra que as premissas de ambos os argumentos são insuficientes para estabelecer a conclusão de que atitudes proposicionais não estão internamente localizadas. Fica claro que, se corretas, as premissas apoiam a ideia de que

atitudes proposicionais são individuadas em dependência de fatores do ambiente maior – físico, no caso do primeiro raciocínio, e sociolinguístico, no caso do segundo –, e não que sejam necessariamente localizadas externamente. Davidson (1987), como lembra Rowlands, chama atenção para esse fato, através da analogia com a queimadura do sol, a qual é individuada necessariamente em referência à radiação produzida pelo sol, sem que isso implique que a queimadura seja algo externo à pele.

Além disso, o externismo usual de conteúdo, conforme Rowlands (2003, cap. 7), tem outras limitações em seu âmbito de aplicação. Trata-se de um ponto de vista que se restringe a atitudes proposicionais, não abrangendo os assim chamados processos cognitivos, como o raciocinar, o perceber e o lembrar, e tampouco a categoria das sensações, como dores, tensões, etc., se considerarmos que esses fenômenos não sejam essencialmente individuados por conteúdos. Além disso, remetendo a McGinn (1989), Rowlands acrescenta que os argumentos externistas tradicionais aplicam-se apenas a atitudes proposicionais cujos conteúdos são compostos por conceitos simples, e não complexos. Tome-se, por exemplo, o conceito de *H<sub>2</sub>O*, que é complexo, e os conceitos simples de *hidrogênio* e de *oxigênio*. Podemos supor que, em um cenário alternativo (como o da Terra Gêmea), mesmo não existindo a molécula *H<sub>2</sub>O*, mas, existindo átomos de hidrogênio e de oxigênio, bem como havendo compatibilidade entre as leis naturais do cenário e estes elementos combinarem-se entre si formando *H<sub>2</sub>O*, então poderia haver atitudes proposicionais com relação a *H<sub>2</sub>O*; por exemplo, alguns cientistas, em tal cenário, poderiam crer ser factível atingirem a produção de moléculas de *H<sub>2</sub>O* e desejar fazê-lo.

No capítulo final do livro, Rowlands (2003, cap. 12) propõe uma taxonomia possível de diferentes tipos de posições externistas ontológicas. O autor distingue três tipos, a saber, reacionário, radical e bem radical, com as seguintes feições:

1. *Externismo reacionário* ('reactionary externalism'): rejeição somente da tese da posse, não da tese da localização. Assim, trata-se de um externismo que mantém um dos traços do internismo. É representado pelo externismo tradicional de conteúdo (tratado pelo autor no capítulo 6) e corresponde a uma oposição ao idealismo (tratado pelo autor nos capítulos 3 e 4).

2. *Externismo radical*: rejeição tanto da tese da posse, quanto da tese da localização, mas desta sem necessariamente conceber atributos psicológicos como sendo localizados, de alguma maneira, externamente ao corpo; por exemplo, por

considerar equivocado que atributos psicológicos tenham, propriamente, localização. Rowlands sugere (nos capítulos 4 e 5, respectivamente) que as filosofias de Sartre e de Wittgenstein representam esta posição. Rejeitando não só a tese da posse, mas também a da localização, trata-se de uma oposição direta ao internismo, diferentemente do externismo reacionário.

3. *Externismo bem radical* ('very radical externalism'): rejeição tanto da tese da posse como da tese da localização, inclusive sustentando que pelo menos os atributos psicológicos de algumas categorias são localizados, efetivamente, fora do corpo. Este tipo de posição é representado pelo externismo de veículos ('vehicle externalism') (tratado nos capítulos 9 e 10), que é sugerido por, dentre outros, Clark e Chalmers (1998), e pelo próprio Rowlands.

O externismo de veículo centra-se na tese de que os veículos ou mecanismos (ou ainda “arquiteturas”) que realizam processos cognitivos têm localização, por vezes, parcialmente fora do corpo. Tal abordagem sustenta um externismo acerca da categoria dos processos cognitivos, mas também acerca das atitudes proposicionais, como consequência da reputada localização dos veículos daqueles. Estando as estruturas que embasam os processos cognitivos parcialmente fora do corpo e sendo eles concebidos como responsáveis, ao menos em parte, pela produção de atitudes proposicionais, tanto processos cognitivos como atitudes proposicionais são entendidos poder se dar fora do corpo. Processos cognitivos (por exemplo, processos de pensar, raciocinar, perceber, memorizar, imaginar, etc.), segundo Rowlands, envolvem operações de manipulação e transformação de informações do ambiente e são essenciais para a solução de “tarefas cognitivas”. Esta última cláusula procura evitar que algo como a digestão possa contar como cognição. O autor confessa tratar-se de uma noção imprecisa, na medida em que as noções de informação e de tarefas cognitivas são imprecisas, a ponto de caracterizar esta ostensivamente, isto é, tarefas cognitivas são, ele diz, “aquelas que dizemos ser cognitivas.” (ROWLANDS, 2003, p. 158).

Rowlands apresenta algumas linhas argumentativas em apoio desta abordagem. A primeira delas foi desenvolvida por Clark e Chalmers (1998) e recorre ao que denominam de princípio da paridade:

[E]xistem abundantes estruturas externas que carregam informação relevante para a realização de tarefas cognitivas e que são manipuladas e transformadas pelos organismos para permiti-los realizar tais tarefas. Essas estruturas parecem satisfazer todas as nossas rústicas [‘rough-and-ready’] condições para contarem como cognitivas, exceto localização. Portanto, se elas fossem

de alguma maneira localizadas dentro do organismo cognizante [‘cognizing’], não teríamos hesitação em tomá-los como estruturas cognitivas subjacentes a processos cognitivos. A acusação, então, é de que a negação de que tais estruturas externas sejam cognitivas [...] equivale a nada mais do que um preconceito cartesiano. (ROWLANDS, 2003, p. 161; tradução nossa).

Ou seja, o argumento parte da premissa de que há múltiplos mecanismos externos ao corpo que satisfazem os critérios (imprecisos, rústicos) de cognição, o que significa aproximadamente: “carregam informação relevante para a realização de tarefas cognitivas e que são manipuladas e transformadas pelos organismos para permiti-los realizar tais tarefas”. Por exemplo, um computador pode servir para armazenar dados úteis para uma pessoa resolver certas tarefas, tais como a de lembrar-se de determinadas coisas, bem como para testar – o que poderia ser feito “mentalmente” ou “na imaginação” – se uma figura geométrica ajusta-se em outra, etc. A questão que se coloca, a partir disso, é se a localização interna tem alguma legitimidade como critério delimitador do que seja cognição. O argumento procura concluir que os veículos de processos cognitivos são parcialmente extradermes, de modo que é articulado também com base em uma posição negativa frente a esta questão, a saber, o princípio da paridade: supondo que haja uma funcionalidade similar entre as estruturas internas e externas, apenas um preconceito internista impediria de dizer que as estruturas externas são igualmente cognitivas.

A nosso ver, há um problema com esse argumento, no que tange à premissa de que os processos cognitivos são, às vezes, localizados internamente. Os casos de processos externos que são, no argumento, reivindicados terem caráter cognitivo, são tomados nele como análogos aos supostos processos cognitivos internos, pressuposição a partir da qual questiona que a internalidade seja um critério relevante. Mas não será problemático supor que se deem, ainda que por vezes, no interior do corpo? O autor, junto com Clark e Chalmers, não hesita em dizer que processos como o de imaginar um cubo ou de fazer um cálculo “de cabeça” sejam coisas internas, feitas pelo cérebro, mas está longe de estar ser claro que tais fenômenos, mesmo nesses casos, assim se deem. Rowlands não fornece, no livro, qualquer resposta a objeções (que podemos encontrar, por exemplo, em Wittgenstein, 1953) segundo as quais os fenômenos em questão não têm localização.

A segunda linha argumentativa de Rowlands é evolucionista e probabilística, com base na premissa seguinte:

Se for necessário para um organismo ser capaz de realizar uma dada tarefa adaptativa *T*, então é seletivamente desvantajoso para esse organismo desenvolver mecanismos internos suficientes para a realização de *T*, quando lhe é possível realizar *T* através da combinação de mecanismos internos e a manipulação do ambiente externo. (ROWLANDS, 2003, p. 166; tradução nossa).

A ideia é de que a seleção natural tende a “escolher”, para a realização de uma tarefa adaptativa por um organismo, uma estratégia que combina mecanismos internos com a habilidade de explorar o ambiente maior, ao invés de uma estratégia de desenvolver apenas mecanismos internos para tanto. A estratégia de manipular o ambiente é seletivamente bastante muito mais vantajosa do que a outra, o que o autor ilustra com alguns exemplos, como o do castor e o de parasitismo<sup>3</sup>.

A partir dessa premissa e assumindo que os veículos dos processos cognitivos são produtos da evolução (inclusive com manutenção na esfera ontogenética), o autor infere que, provavelmente, esses veículos evoluíram junto com habilidades de manipulação e exploração do ambiente. Ou seja, infere que os processos cognitivos têm veículos distribuídos em mecanismos tanto internos como externos. Ressalta-se o caráter probabilístico deste argumento, porque não há garantia, mas apenas maior probabilidade, de que o método mais eficiente para a resolução de tarefas adaptativas seja a via “adotada” pela evolução.

Para reforçar esse argumento, Rowlands (2003, p. 169ss) examina casos específicos de processos cognitivos, procurando sugerir que, de fato, envolvem mecanismos externos. Passa por percepção visual, memória e raciocínio matemático. Por exemplo, neste último caso, observa que frequentemente tarefas como aquelas de calcular multiplicações com números acima da centena e do milhar são feitas através da escrita no papel. Essas tarefas, então, são parcialmente realizadas em estruturas externas.

Ao chamarem atenção para algo da centralidade de ações e do ambiente maior nos processos cognitivos, esses argumentos do autor são, a nosso ver, no mínimo, bastante significativos; mas julgamos não ser claro se processos cognitivos – e, a partir disso, atitudes proposicionais – são formados por veículos internos. O problema não é se estruturas internas estão ou não envolvidas de alguma forma em processos cognitivos e atitudes proposicionais, posto que se trata de um ponto comum que elas o estão. A

---

<sup>3</sup> Esta premissa, conforme o autor, não é uma posição adaptacionista, no sentido de não pressupor que todo mecanismo moldado evolutivamente tenha-o sido para a função específica desempenhada presentemente, a qual, portanto, pode ser uma exaptação.



questão, antes, é se esses fenômenos psicológicos são, *enquanto tais*, formados pelas estruturas – isto é, se eles são constitutivos da *vida mental* dos organismos (para nos valermos da terminologia utilizada por Rachlin, 1994), ou se, antes, estas são apenas condições para sua realização.

O livro tem um foco na vertente ontológica do externismo, mas dedica também um capítulo para uma forma epistemológica (capítulo 8) e outro para uma axiológica (capítulo 11). A forma epistemológica diz respeito ao problema do estatuto do autoconhecimento e, na caracterização de Rowlands, equivale à negação da ideia – chamada no livro de princípio do internismo epistêmico – de que “cada pessoa conhece sua própria mente *primeiro e melhor*” (ROWLANDS, 2003, p. 139; grifo do autor). O princípio expressa haver um conhecimento do indivíduo sobre seus próprios atributos psicológicos de maneira logicamente independente do conhecimento do ambiente extradorme e melhor do que tal conhecimento. O autor associa esse internismo novamente a Descartes, que sustenta não haver dúvida sobre os conteúdos da mente, sendo, segundo Descartes, acessada de modo direto, ao passo que, do “mundo externo”, haveria um acesso meramente indireto e, então, um conhecimento menos certo; inclusive requerendo, segundo ele, fundamento em supostas ideias claras e distintas.

O internismo epistêmico está associado à ideia de “autoridade de primeira pessoa”, interpretada de diferentes maneiras nas discussões mais recentes. Rowlands (2003, p. 140) caracteriza três delas. Em uma primeira interpretação, a autoridade de primeira pessoa significa *infallibilidade*: se alguém alega ter a intenção de fazer determinada coisa, não pode, em geral, estar errado em seu julgamento; se acha que fazer tal coisa lhe trará certa recompensa, pode não estar certo apenas quanto a se a recompensa ocorrerá, mas não pode estar equivocado em que achar que sua ação lhe trará. Em outra interpretação, aquela ideia significa *incorrigibilidade*: se alguém alega ter a intenção de fazer determinada coisa, pode estar errado em seu julgamento (por exemplo, não capturando a verdadeira intenção de sua ação), mas não pode, no momento em que julga, ser corrigido por outrem, sendo a maior autoridade sobre seus juízos de autoconhecimento. Em outra visão ainda, a autoridade de primeira pessoa indica significa *autointimidade* (*‘self-intimacy’*): se alguém tem a intenção de fazer determinada coisa, tem um contato imediato com a intenção e automaticamente sabe que tem esta intenção; se alguém acha que fazer determinada coisa lhe trará certa recompensa, então tem um contato imediato com sua crença e automaticamente sabe

que acha isso. O autor diz que autointimidade não implica em infalibilidade, e tampouco em incorrigibilidade, mas não fica inteiramente claro se tal é o caso; cremos que porque Rowlands se atém muito brevemente a tais distinções.

Tais interpretações da ideia de autoridade de primeira pessoa seriam combináveis de diferentes maneiras, mas tendo em comum, segundo Rowlands, a implicação de que o autoconhecimento é um conhecimento *a priori*, contrastando com o conhecimento empírico, *a posteriori*. Consoante o internismo epistêmico, então, ainda que uma pessoa tenha de ter o conhecimento empírico relevante para saber se, por exemplo, determinada situação é o caso, ela sabe *a priori* se tem a opinião ou não de que a situação é o caso.

Desse modo, o externismo epistêmico é o questionamento de que haja autoridade de primeira pessoa. Rowlands, seguindo McKinsey (1991) e Brown (1995), procura mostrar que o externismo de conteúdo – que rejeita a tese (ii), isto é, a tese da posse – tem por consequência esse questionamento, ainda que vários autores que aceitam o externismo de conteúdo tenham tentado encontrar uma compatibilidade entre ambas as coisas. Podemos entender o argumento da incompatibilidade como uma *reductio ad absurdum* do internismo epistêmico e reconstruí-lo assim. Suponhamos, por hipótese, que o internismo epistêmico seja verdadeiro. Se ele o fosse, então Emma saberia *a priori* que acha que a água é úmida (isto é, o autoconhecimento seria *a priori*). Logo, Emma saberia *a priori* que acha que a água é úmida. Se ela (realmente) o soubesse, então, se a proposição de que Emma acha que a água é úmida necessariamente dependesse de haver água em seu ambiente (isto é, se o externismo de conteúdo está correto), então (mesmo assim) o conhecimento de Emma de que haja água em seu ambiente não seria *a posteriori* (isto é, teria de ser *a priori*; do contrário, o autoconhecimento não seria *a priori*). Logo, se a proposição de que Emma acha que a água é úmida necessariamente dependesse de haver água em seu ambiente, então o conhecimento de Emma de que haja água em seu ambiente não seria *a posteriori*. Ora, a proposição de que Emma acha que a água é úmida necessariamente depende de haver água em seu ambiente (ou seja, o externismo de conteúdo é o caso). Logo, o conhecimento de Emma de que haja água em seu ambiente não seria *a posteriori*. Porém, na verdade, o conhecimento de Emma de que haja água em seu ambiente é *a posteriori*. Logo, tem-se uma contradição e, portanto, o internismo epistêmico é falso.

Em outras palavras, o argumento salienta que o externismo de conteúdo implica que os conteúdos das atitudes proposicionais são individuados em dependência necessária do ambiente, e isso, por sua vez, implica que o conhecimento desses conteúdos requer acesso aos fatos empíricos relevantes (algo *a posteriori*, não *a priori*). Como, nessa medida, o autoconhecimento não é *a priori*, a ideia de autoridade de primeira pessoa é problemática.

Note-se, entretanto, que a conclusão é restrita. Como o âmbito do externismo de conteúdo, se o autor estiver correto, cinge-se à categoria das atitudes proposicionais individuadas por conteúdos com conceitos simples, também a incompatibilidade com a ideia de autoridade de primeira pessoa é restrita a tal categoria.

Em seguida ao argumento incompatibilista, Rowlands expõe e avalia as tentativas compatibilistas de Davidson (1987) e de Burge (1988). Davidson acredita que o incompatibilismo tem duas pressuposições problemáticas. A primeira, a de que o externismo de conteúdo implicaria em rejeição de (i), a tese da localização, e isso, por sua vez, levaria ao incompatibilismo, pois as atitudes proposicionais não teriam o tipo de acesso que é condição necessária para haver autoconhecimento. A segunda reputada pressuposição é de que a rejeição de (ii), a tese da individuação, implicaria em que o modelo das atitudes proposicionais como coisas transparentes a serem “apanhadas” por um “olho da mente” seria errado, e, sendo este modelo uma condição necessária para haver autoridade de primeira pessoa, seguir-se-ia o incompatibilismo. A primeira reputada pressuposição é falsa porque, do externismo de conteúdo, decorre apenas a rejeição de (ii), e não de (i), por razão salientada anteriormente. Já a segunda reputada pressuposição é falsa porque a autoridade de primeira pessoa não tem como condição necessária o referido modelo das atitudes proposicionais.

Rowlands não discorre sobre a abordagem positiva de Davidson de compatibilidade entre externismo de conteúdo com um modelo diferente das atitudes proposicionais, antes sugerindo que o argumento incompatibilista, na verdade, independe tanto da primeira como a segunda das referidas pressuposições. O argumento incompatibilista independe da primeira pressuposição dado basear-se no externismo de conteúdo, entendido como uma posição sobre a individuação dos conteúdos, de maneira logicamente independente da questão da localização. Da segunda, porque o argumento incompatibilista, conforme o Rowlands, pode aplicar-se inclusive a modelos das atitudes proposicionais de acordo com os quais elas têm conteúdos acessados pela

‘percepção deslocada’ (*displaced perception*) de aspectos empíricos. Pois Emma poderia até mesmo pela percepção do ambiente não saber especificar se nele há água ou água gêmea, dado que ela poderia (como sugere Burge (1988) com a ideia de *slow-switching*) ser removida da Terra para a Terra Gêmea sem que ficasse consciente disso.

Sobre essa segunda avaliação de Rowlands, julgamos não estar claro se é coerente. Pois ele assume, no argumento incompatibilista, que a autoridade de primeira pessoa de Emma tem como por condição necessária que Emma saiba *a priori* achar que a água é úmida; ou seja, que tem como por condição necessária que o autoconhecimento é *a priori*. No entanto, o modelo que menciona como contraexemplo a Davidson parece não estar em harmonia com essa premissa, na medida em que o perceber uma situação é algo *a posteriori*, como uma das próprias premissas do argumento incompatibilista assevera.

A tentativa compatibilista de Burge (1988), por sua vez, procura rejeitar a premissa, no argumento incompatibilista, de que, se Emma soubesse *a priori* que acha que a água é úmida, então, seguir-se-ia que, se a proposição de que Emma acha que a água é úmida necessariamente dependesse de haver água em seu ambiente, o conhecimento de Emma da existência desta substância em seu ambiente não seria *a posteriori*. Dito de outro modo, Burge sugere haver consistência, e não contradição, entre: (a) o autoconhecimento como sendo *a priori*; (b) o externismo de conteúdo, ou rejeição de (ii); e (c) o fato de o conhecimento do ambiente ser *a posteriori*. Sua rejeição da referida premissa tem por base a proposta de uma interpretação particular da expressão ‘necessariamente depende’ presente nela. Sua proposta é de que a expressão deve ser entendida em termos de *necessidade metafísica* e, esta, conforme a caracterização dada por Kripke (1980). Como é sabido, em tal acepção, uma necessidade metafísica não requer que seja objeto de conhecimento *a priori*. Por exemplo, a identidade entre água e H<sub>2</sub>O é concebida como uma necessidade metafísica e conhecível apenas *a posteriori*. Então, o fato de a verdade de uma proposição depender necessariamente e em sentido metafísico de outra não tem por consequência que a segunda proposição seja objeto de conhecimento *a priori*. Ou seja, a proposição de que Emma acha que a água é uma coisa úmida necessariamente depende da proposição de que há água em seu ambiente, mas isso não faz esta segunda requerer conhecimento *a priori*.

Rowlands lança mão da objeção de McKinsey (1991) a tal raciocínio, segundo a qual a leitura da expressão 'necessariamente depende' em termos de necessidade metafísica, na premissa em questão, não é razoável. A objeção infere que, como toda atitude proposicional – e, mesmo, todo atributo psicológico – depende metafisicamente de proposições que não têm peso relevante para sua individuação, o externismo seria trivializado. Por exemplo, qualquer atitude proposicional depende metafisicamente, de maneira indireta, de o sujeito que as exemplifica ter nascido dos pais que nasceu, mas esse fato é irrelevante para a individuação de uma atitude proposicional.

Por fim, vale dizer que o livro de Rowlands, particularmente em seu capítulo 3, merece algumas reticências; por exemplo, quanto ao que fala sobre a assim chamada *virada linguística*, associando-a ao idealismo transcendental de Kant. A virada linguística, segundo o autor, caracterizou-se pela formulação dos problemas filosóficos como problemas sobre condições de verdade de frases, em detrimento de formulações metafísicas, o que, ele alega, estaria associado à adoção de uma forma de idealismo transcendental. Quando faz tal associação, o autor menciona apenas o antirrealismo de Dummett (1991), assim parecendo fazer uma generalização demasiado apressada. Além disso, cremos que a estratégia de investigação da linguagem associada à “virada linguística” pode ser um método adotado sem pressupor qualquer idealismo. Por exemplo, podemos formular a questão acerca da natureza de fenômenos psicológicos em termos de condições de verdade de predicções psicológicas tendo por preocupação básica a aquisição de entendimento sobre aspectos da ontologia desses fenômenos, inclusive entendendo-os como sendo independentes de nossas práticas linguísticas.

Apesar dessas reticências, o livro tem qualidades que o tornam recomendável para alguns usos. Ele apresenta, a nosso ver, uma boa elucidação de alguns aspectos da filosofia de Wittgenstein a respeito do tema, do argumento de Putnam para o externismo de conteúdo, do debate sobre a compatibilidade ou não entre externismo de conteúdo e alguma autoridade de primeira pessoa, dentre outras coisas. Também, naturalmente, trata-se de um material útil para conhecer a abordagem do autor (o externismo de veículos). É sobretudo destacável sua sugestão de um entendimento mais amplo do externismo, apontando o âmbito restrito do externismo de conteúdo e chamando atenção para algumas possibilidades mais radicais de externismo.

**Referências bibliográficas**

- BROWN, J. The Incompatibility of Anti-Individualism and Privileged Access. **Analysis**, 55 (3), p. 149-156, 1995.
- BURGE, T. Individualism and the Mental. **Midwest Studies in Philosophy**, 4, p. 73-121, 1979.
- \_\_\_\_\_. Individualism and Self-Knowledge. **Journal of Philosophy**, 85 (11), p. 649-663, 1988.
- CLARK, A.; CHALMERS, D. J. **The Extended Mind**. **Analysis**, **58 (1), p. 7-19, 1998**.
- DAVIDSON, D. Knowing One's Own Mind. **Proceedings of the American Philosophical Association**, 60 (3), p. 441-458, 1987.
- DUMMETT, M. **The Logical Basis of Metaphysics**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991.
- KRIPKE, S. **Naming and Necessity**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980.
- MCGINN, C. **Mental Content**. Oxford, UK, Oxford: Blackwell, 1989.
- MCKINSEY, M. Anti-Individualism and Privileged Access. **Analysis**, 51 (1), p. 9-16, 1991.
- PUTNAM, H. The Meaning of 'Meaning'. In: \_\_\_\_\_. **Mind, Language, and Reality: Philosophical Papers, Vol. 2**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1975, p. 215-271.
- RACHLIN, H. **Behavior and Mind: The Roots of Modern Psychology**. New York: Oxford University Press, 1994.
- ROWLANDS, M. **Externalism: Putting Mind and World Back Together Again**. Montreal: McGill Queen's University Press, 2003.
- WITTGENSTEIN, L. **Philosophical Investigations**. Ed. by G. E. Anscombe; R. Rhees; trans. by G. E. Anscombe. Oxford: Blackwell, 1953.